

História da literatura e consciência historiográfica: um diálogo entre a escrita e a recepção

History of literature and historiography consciousness: a dialogue between writing and reception

Ítalo Nunes Ogliari

Universidade Luterana do Brasil (ULBRA),

italoogliari@yahoo.com.br

Resumo: A História da literatura, assim como todo e qualquer registro historiográfico, a partir de vertentes que puseram em xeque o discurso histórico, encontra-se, hoje, problematizada. Revelou-se nada menos do que a necessidade de fala daqueles que foram deixados à margem do eixo hegemônico e que sofrem até nossos tempos uma insuficiência representacional, mantendo essas vozes literárias em um estado de subalternidade: um não lugar nas narrativas oficiais. Por isso, diferente da historiografia tradicional, incumbida de selecionar obras e autores considerados dignos e representantes das letras de uma nação, a história literária contemporânea busca um caráter plurivocal, nos obrigando a uma reconsideração daquilo que temos como cânone. No entanto, cabe-nos perguntar, se é possível hoje, mesmo conscientes de todas as armadilhas deste discurso historiográfico, não se criar, na tentativa de se “preencher” as lacunas de uma história literária posta como verdade, outro discurso semelhante. Ou melhor: como abordar um sistema literário e não repetir a forma tradicional, que consiste na seleção arbitrária de determinados autores e exclusão de outros, criando, assim, novos cânones e deixando os demais, novamente, à margem? Será que todo o problema da historiografia literária está, necessariamente, nela, ou seria seu receptor, esse que lê, compreende, interpreta e se apropria de um determinado

texto, como nos mostra Paul Ricoeur ou mesmo Chartier, atribuindo-lhe significado, também culpado por determinadas questões, que estariam ligadas a uma não percepção de uma visível consciência historiográfica, que sempre apontou, nos mais célebres registros, a impossibilidade de uma abordagem totalitária e perfeita?

Palavras-chave: História da Literatura e recepção; historiografia literária; consciência historiográfica.

Abstract: History of literature, like any historiographical record, due to the trends questioning the historical discourse, is now problematized. It has been revealed the necessity to give a voice to those who have been left on the fringe of the hegemonic axis and which have suffered, up to now, from a representational insufficiency, keeping these voices in a state of subalternity: a non-place in the official narratives. Thus, unlike the traditional historiography, in charge of the selection of works and authors considered worthy and representative of the letters of a nation, contemporary literary history seeks a plurivocal character, requiring a reconsideration of what one has as a canon. However, one should ask: is it possible today, even aware of all the traps of this historiographical discourse, not to create, in the attempt to “fill in” the gaps of a literary history imposed as a truth, another similar discourse? Or better: how can one approach a literary system without repeating the traditional form, which consists of an arbitrary selection of some authors and the exclusion of others, thus creating new canons and leaving the others, again, on the fringe? Is the problem of literary historiography necessarily in it, or is its receptor, who reads, understands, interprets and appropriates a given text, as shown by Paul Ricoeur or Chartier, giving it meaning also to blame for some issues, which would be associated to a non-perception of a visible historiographical awareness, which has always pointed, in the most eminent records, to the impossibility of an absolute and perfect approach?

Keywords: History of literature and reception; literary historiography; historiographical awareness.

Recebido em 20 de setembro de 2014.

Aprovado em 16 de junho de 2015.

Não é novidade, a partir das vertentes teóricas mais atuais, que a noção de história e a própria historiografia está posta em xeque, o que abarca, obviamente, a escrita de uma história literária. Abriram-se os olhos, na verdade, para a existência de uma necessidade de fala daqueles que estavam, e ainda estão, fora de um determinado eixo hegemônico, e que sofreram, e ainda sofrem – por consequência de uma modernidade calcada no pensamento dicotômico, sustentada pela oposição binária do discurso – uma insuficiência de representação, um estado de subalternidade, deslocando essas vozes periféricas para um não-lugar nas narrativas oficiais.

Divergente da historiografia literária tradicional – incumbida de selecionar, de acordo com Paulo de Medeiros, textos e autores considerados dignos e figurados como importantes e representantes de uma identidade nacional, transformando documentos em monumentos, como diria Foucault¹, rememorando-os e os sustentando como cânones inabaláveis – a escrita da história literária contemporânea mostra-se nada moderada, “pois não só se apresenta como plurivocal, como também obriga a uma reconsideração quer daquilo que se considera como literatura quer daquilo que se considera como sendo fundamental para a construção da identidade nacional”².

Com isso, podemos entender que o papel da nova historiografia e historiografia literária, ainda seguindo o pensamento de Medeiros, deve relacionar-se efetivamente com o conceito de memória cultural e nacional, dando possibilidade de extensão da identidade primeira, criada arbitrária e metonimicamente e que, de forma alguma, totaliza o identitário literário e a própria identidade de uma nação.

Para melhor compreendermos tal problema, é válido lembrar que a ideia de nacionalismo, como nos mostra Homi Bhabha³, é formada por uma série de complexas estratégias de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome de um povo ou de uma nação, tornando-os sujeitos imanentes de uma série de narrativas sociais e *literárias*. A formação de uma identidade nacional, de um nacionalismo, trata-se de uma estratégia discursiva, organizada e construída por inúmeros fragmentos e retalhos culturais usados de maneira arbitrária.

¹FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*, p. 08.

²MEDEIROS. *Sombras: memória cultural, história literária e identidade nacional*, p. 01.

³Cf.: BHABHA. *O local da cultura*.

Qualquer outro fragmento serviria na construção de uma narrativa nacional, de uma história ou mesmo da história literária de uma nação, não se podendo, nunca, concluir que o princípio do nacionalismo, a escolha de certos fragmentos seja, de modo algum, contingente e acidental.

Na tentativa, então, de suprir e preencher as indeterminações, as lacunas deixadas pela historiografia literária tradicional, novas teorias surgem e, muito mais do que respostas, suscitam questões. Adotando a “contingência como objeto de sistematização”⁴, como afirma, Heidrun Olinto, essas teorias precisam lidar com fenômenos transitórios e sem permanência, com díspares regionais e locais não universalizáveis. Entende o universo literário como uma rede sistêmica complexa inter-relacionada pela simultaneidade e não como articulações lineares, dialéticas e teleológicas.

Percebendo, assim, a arte literária como um sistema simultâneo em que coexistem as diferenças, o hibridismo – como deseja Nelson Vieira⁵ –, o sincrônico e também o dissincrônico, nota-se que a produção literária de um determinado lugar, nação, torna-se cada vez mais impossibilitada de uma abordagem totalizante, narrada a partir de um discurso totalizador. Tal simultaneidade sistêmica, da mesma forma, é fundamento imprescindível para que se perceba a historiografia literária tradicional como uma voz unilateral, ou central. O pensamento sustentado pela contingência faz com que se veja essa história como apenas *uma* história contada, e não como *a* história literária de um povo, o que abre espaço para emergirem as vozes periféricas, deixadas na sombra, esquecidas.

No entanto, esse discurso é também carregado de armadilhas. Na tentativa, muitas vezes, de se trazer o subalterno à tona – o que se vê em estudos um tanto despreparados –, pode-se cair novamente na dicotomia, ou seja: trata-se o discurso anterior como o “mal” e o novo como o “bem”, fazendo-se uso do argumento solidificado mais uma vez pelo binarismo. Na tentativa de “discutir-se” um cânone, cria-se outro em ambivalência àquele. Luta-se pela substituição no lugar da suplementação e, na tentativa de contar uma história literária no vão daquela dita oficial ou cristalizada, cria-se, sem perceber, outra “verdade”.

⁴OLINTO. *Voracidade e velocidade*: historiografia literária sobre o signo da contingência, p. 23.

⁵VIEIRA. *Hibridismo e alteridade*: estratégias para repensar a história literária, p. 99.

Neste sentido, é pertinente que se formule algumas questões, como: é possível, hoje, na tentativa de se “preencher” as lacunas de uma história literária totalizante e cristalizada como verdade não se criar um outro discurso aparentemente totalizador e até mesmopositor àquele primeiro? E como abordar um sistema literário até então calado – mesmo em uma micro-história literária – e não repetir uma possível forma tradicional, que consistiria na seleção arbitrária de determinados autores e exclusão de outros, independente do herói desta narrativa historiográfica, criando, assim, novos cânones e deixando outros tantos autores à margem novamente?

Sempre que se fecha uma lacuna, outras se abrem. Sempre que uma história é tecida, mesmo no vão de outra, novas indeterminações são abertas, o que tenderia, hipoteticamente, a um possível infinito, já que o próprio conceito de literatura pode ser pensado como um discurso hegemônico, eliminando outras expressões artísticas ligadas à escrita ditas menores como, por exemplo, a literatura considerada de massa. E não se debate, aqui, valores estéticos, o que necessitaria a abertura de outro foco a ser questionado e que não se pode negar, da mesma forma, toda uma carga arbitrária que os determinam.

Se a história de uma literatura brasileira é contada, como demos o exemplo, sem a inclusão da literatura dita de massa, não se pode considerá-la como *a* história da literatura brasileira, mas apenas como *uma*: poderia ser a “História da literatura erudita brasileira”. Ou isso, ou não mais se deva chamar a conhecida literatura de massa de literatura. Chame-se de leitura de massa, então, ou qualquer termo que se adapte melhor, já que não estaríamos considerando tais textos como iguais, ou melhor, como literatura.

O mesmo serve para a literatura infantil e juvenil, também excluídas – ou pouco citadas, para ser mais condizente – das mais famigeradas histórias da literatura brasileira: literatura infantil, essa, que também possui uma literatura erudita, uma de massa, e uma corrente de viés às vezes mais pedagogizante, que também não possui voz dentro das histórias da literatura infantil e juvenil.

Sempre que se resolver abordar mesmo que uma só parte de toda uma simultaneidade literária sincrônica e/ou diacrônica, definindo o herói do discurso historiográfico a ser produzido, como (outro exemplo) a poesia feminina brasileira da última década do século XX, espaços vazios vão existir.

Para que se compreenda tal afirmação, é necessário que se esclareça que as ideias propostas pelos estudos mais atuais são, como dito antes, também abertas a problematizações. Até porque são, da mesma forma, sustentadas por uma ordem, uma ideologia e que, por isso, abrem espaço para questionamentos. Ao mesmo tempo em que desestrutura determinadas narrativas hegemônicas, pode criar, ingenuamente, outras narrativas. Isso, no entanto, se desejarmos olhar positivamente, pode ser pensado não apenas como um problema ou como uma possível falha. Pelo contrário, essa sua forma crescente e potencial de enredamento, em que um novo abre possibilidade a outros, é seu grande poder, mas que se não houver um devido cuidado ou, no caso da historiografia, uma consciência historiográfica – que nada mais é, como afirma Valdei Lopes de Araújo, do que o tratamento crítico já protagonizado por Rank aos historiadores renascentistas italianos, apontando para a “ideia da relatividade histórica da própria história”⁶ – cai-se, facilmente, em uma armadilha, naquilo que ele próprio combate: a arbitrariedade e a exclusão, que sempre existirão.

Pensar em consciência historiográfica acerca da história da literatura – principal proposta deste texto, – é ser consciente dos limites do discurso que se produz e se lê. É tornar claro, primeiramente, no discurso do historiador, e indicado pelo próprio, a incapacidade de uma narrativa total, possibilitando, assim, que o contato com seu trabalho não seja percebido erroneamente como uma verdade totalizadora.

Mesmo sabendo que a historiografia tradicional, com sua forma de sistematização baseada numa suposta evolução sequencial e de contraposição perdeu, atualmente, sua força – dando lugar a histórias literárias atentas à diferença, aos movimentos de aceleração e desaceleração, prezando ideias mais abrangentes como a simultaneidade –, não se abandonou, no entanto, apesar do potencial inovador relacionado às perspectivas tradicionais, a seleção por parte do historiador. Naturalmente, a seleção e a exclusão ainda existem, o que torna, mais uma vez, uma história literária, de certa forma, um discurso calcado em uma determinada hegemonia ou binarismo ou ambivalência ou qualquer outro rótulo que se queira dar a essa arbitrariedade seletiva.

A partir disso, chega-se, em primeiro lugar, a uma evidente e simples conclusão: mesmo o pensamento atual abrindo espaço para a discussão dos problemas da escrita historiográfica, ele não propõe uma

⁶ARAÚJO, Valdei Lopes de. *Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830)*. p. 75.

nova forma de escrita; ou melhor, uma nova fórmula. Mesmo pensando em micro-histórias, a estrutura segue semelhante, com variações mínimas, e a resposta sobre como então escrever uma história literária que suprisse as “falhas” e os problemas questionados anteriormente inexistente. Mesmo uma micro-história; mesmo uma história no vão de outra, ou mesmo uma micronarrativa historiográfica no vão de uma outra micronarrativa historiográfica trará falhas, sombras, possíveis vazios, lacunas. Talvez a única solução aparentemente cabível e sensata seria esse discurso consciente proposto aqui.

Falar em discurso consciente, um discurso que traga consigo uma consciência historiográfica, não se trata de uma proposta complexa. Trata-se, na parte que cabe o autor, como já esclarecido anteriormente, de uma simples declaração textual, de forma clara e objetiva, não totalizando uma determinada obra, não a fechando como uma verdade, que teria como fim sua confrontação e probabilidade de suplementação. Trata-se de uma atitude modesta e nada complicada de abertura de possibilidades a serem registradas e estudadas que uma determinada narrativa historiográfica não suportou, admitindo tais fissuras: uma atitude que certamente renderia resultados consideráveis muito mais do que se pode presumir, principalmente pensada a longo prazo, mas que não se acaba neste primeiro plano – o plano do discurso do historiador.

O plano do discurso do historiador é apenas o primeiro a ser levado em conta quando se trata de “consciência historiográfica” e, por mais que não se possa exigir tal ação de narrativas histórico-literárias anteriores a todo esse pensamento contemporâneo, ele já se fez presente em simples atos.

O que seria a inclusão da palavra “pequena” ao título de *Pequena história da literatura brasileira* de Ronald de Carvalho senão uma consciência de uma não totalidade de sua obra? Ou a palavra “breve” à *Breve história da literatura brasileira* de Erico Verissimo? Ou mesmo a indicação de “concisa” à *História concisa da literatura brasileira* de Alfredo Bosi?

Qual o objetivo desses “avisos” junto aos títulos senão como possível salvaguarda de uma consciência historiográfica que já divisava a impossibilidade de total abrangência de uma literatura nacional? Nenhum a não ser esse. E pode-se ir mais longe. Erico Verissimo, apresentando sua *Breve história da literatura brasileira*, dá ao leitor um perfeito exemplo do que se debate neste estudo, afirmando que:

Esta é uma história da literatura brasileira muito esquemática e indubitavelmente possui falhas. Meu propósito principal ao escrevê-la foi dar ao leitor americano uma ideia da marcha da literatura em meu País, desde o dia em que foi descoberto até este ano. É claro que omiti nomes de muitos autores, um pecado de que humildemente peço desculpas às pessoas atingidas.⁷

Com isso, abre-se uma outra oportunidade para questionamentos. Se essa consciência historiográfica existiu – e mesmo em autores anteriores aos apontados – por que se fez de obras que trouxeram a indicação de “breve”, “pequena” ou “concisa” um discurso grande e totalizador? Por que não foram levados em conta determinados avisos? Justamente devido ao fato de o plano do discurso do historiador ser apenas o primeiro de dois planos, e inútil se isolado do segundo, isso é: não está necessariamente ou apenas no registro historiográfico o que o oficializa e o que faz do cânone o cânone, mas em quem o recebe.

O segundo plano em que se pode pensar uma consciência historiográfica é o do receptor dessas narrativas, ou seja, do leitor, do mediador e do propagador: o plano do sujeito, que, por meio de um processo de recepção, como nos mostra Paul Ricoeur⁸ em seus estudos de hermenêutica, lê, compreende, interpreta e se apropria de um determinado texto, atualizando sua historicidade ou seu significado. O processo de recepção de um texto é sempre um jogo de “apropriação, invenção e produção de significados”⁹.

É o leitor – o professor, o crítico, o estudioso em geral – que aceita tais histórias como verdades irrefutáveis, não as questionando da forma devida. Transforma, assim, uma pequena história em uma grande história; uma concisa – que nada mais é do que lacônica – em uma obra completa, mas unicamente pela deficiência crítica que a contemporaneidade teórica tenta suprir. Por isso, torna-se injusto uma cobrança unilateral, culpando a História e apenas a História por todo esse complexo jogo.

Torna-se justo – isso sim, até porque o historiador muitas vezes fez seu papel de forma consciente – que atualmente se exija do leitor, através de um ato de reflexão sobre o próprio ato de leitura, interpretação e apropriação do discurso da história, essa consciência historiográfica

⁷VERISSIMO. *Breve história da Literatura brasileira*, p. 13.

⁸Cf. RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*.

⁹CHARTIER, Roger *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. p. 77.

proposta aqui, pois o leitor, como afirma Chartier¹⁰, tem o poder e a liberdade de subverter o que um determinado texto lhe impõe, o que envolve, segundo Barros, acerca da recepção do discurso histórico tratada por Ricoeur, “o papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica”¹¹. E isso, em nosso caso, deve ser feito não só como forma de suplementação das narrativas cristalizadas da história da literatura brasileira, mas como suplementação do imaginário criado a partir de tais narrativas, pois ele sim, o leitor, carrega a força hegemônica. A força de um discurso não está no – não é o – texto em si como instituição a ser combatida e derrubada no intuito de relativizar um cânone.

Mesmo que as histórias da literatura brasileira como textos escritos e publicados fossem extintas, nada mudaria o discurso já solidificado, que se sustenta pela repetição e memorização canônica, se assim continuar sendo pensado e transmitido, já que um discurso, como afirma Foucault, “não passa de um jogo, jogo de escrita no primeiro caso, de leitura no segundo, de intercâmbio no terceiro caso”¹²: escrita que se considera o primeiro plano e leitura e intercâmbio o segundo plano a ser pensado pelo viés de uma consciência historiográfica, que se manteve adormecida, no leitor, por culpa de uma modernidade que não nos ensinou a questionar o discurso científico, mas a idolatrá-lo; que nos educou a ver a ciência, essa positivista, como um conhecimento supremo a ser recebido, assimilado e reproduzido, pois nele havia objetividade e parcialidade absoluta, já que a razão estava acima de tudo, inclusive (equivocada e inocentemente) das ideologias.

Referências

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereir, et. all. (Orgs.) *Estudos da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV & FAPERJ, .p. 75-92, 2011.

BARROS, José D’Assunção. Paul Ricoeur e a narrativa histórica. In.: *História, imagem e narrativa*. n.12, abril/2011.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

¹⁰Idem.

¹¹BARROS, José D’Assunção. *Paul Ricoeur e a narrativa histórica*. p. 17.

¹²FOUCAULT. *A ordem do discurso*, p. 72.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

MEDEIROS, Paulo de. Sombras: memória cultural, história literária e identidade nacional. In: *Anais do V Seminário Internacional de História da Literatura*. Porto Alegre: PUCRS, 2003. (CD – mídia digital).

OLINTO, Heidrun Krieger. Voracidade e velocidade: historiografia literária sobre o signo da contingência. In.: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da Literatura: teorias temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 23-34, 2003..

RICOEUR, Paul. *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*. Porto: Rés-Editora, 1989.

VERISSIMO, Erico. *Breve história da Literatura brasileira*. São Paulo: Globo, 1996.

VIEIRA, Nelson H. Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária. In.: MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Histórias da Literatura: teorias temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 95-114, 2003.